

SME MARACANAÚ - CE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ -
CEARÁ

Professor da Educação
Básica – Alfabetizador – 1º
e 2º Ano

EDITAL Nº 001/2026 DE 12 DE JANEIRO 2026

CÓD: SL- 048JN-26
7908433289753

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto. Situação comunicativa. Pressuposto e subtexto. Inferência. Ambiguidade. Polissemia. Intertextualidade. Tipos de linguagem	9
2. Tipos e gêneros textuais	17
3. Estrutura textual. Progressão temática. Paragrafação. Enunciado. Coesão. Coerência	23
4. Variações linguísticas. Formalidade e informalidade. Propriedade lexical. Adequação da linguagem	28
5. Fonética e fonologia. Encontros consonantais, encontros vocálicos, dígrafos.....	30
6. Acentuação gráfica.....	32
7. Pontuação	34
8. Ortografia.....	36
9. Morfologia: classes de palavras	38
10. Processo de formação das palavras	47
11. Funções da linguagem	52
12. Análise sintática dos períodos simples e composto.....	53
13. Concordância verbal e nominal	58
14. Regência verbal e nominal	59
15. Sintaxe de colocação.....	62
16. Produção textual.....	63

Matemática

1. Conjuntos Numéricos: Números Naturais e Inteiros, Números Racionais e Irracionais (reta numérica, valor absoluto, representação decimal), Números Reais (relação de ordem e intervalos), Operações. Números relativos inteiros e fracionários: operações e suas propriedades (adição, subtração, multiplicação, divisão e potenciação). frações ordinárias e decimais. Números decimais: propriedades e operações.....	73
2. Múltiplos e divisores, divisibilidade, números primos, fatoração.....	85
3. Máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum.....	88
4. Expressões numéricas.....	89
5. Equações do 1º e 2º grau. Problemas	91
6. Sistemas de medida de tempo. Sistema métrico decimal	94
7. Sistema monetário brasileiro.....	98
8. Problemas, números e grandezas proporcionais: razões e proporções. Divisão em partes proporcionais	99
9. Regra de três simples e composta	103
10. Porcentagem.....	104
11. Juro simples: juros, capital, tempo, taxas e montantes	106
12. Fundamentos da Teoria dos Conjuntos.....	106

Atualidades e Convivência Societária

1. A Crise dos Poderes e a Defesa da Democracia: O impacto dos movimentos de 8 de janeiro e o papel das instituições...	113
2. Mudanças Climáticas e a “Nova Normalidade”	114
3. Eventos extremos no Brasil (das secas no Nordeste às enchentes no Sul)	115

ÍNDICE

4. Economia do Cuidado: O reconhecimento do trabalho não remunerado das mulheres na sociedade brasileira	116
5. A Saúde Mental Pós-Pandemia: O aumento de transtornos de ansiedade e depressão na comunidade escolar	117
6. Combate ao Racismo Estrutural: A lei que equipara injúria racial ao crime de racismo.....	119
7. Violência nas Escolas: O debate nacional sobre protocolos de segurança e a cultura de paz	120
8. Direitos LGBTQIA+: Avanços jurídicos e a persistência da violência no Brasil (o país que mais mata essa população)	121
9. Crise Migratória e Refugiados: O acolhimento de venezuelanos e o papel do Brasil no cenário internacional	122
10. Inteligência Artificial na Educação: Ética, desafios e possibilidades do ChatGPT e outras ferramentas em sala de aula	123
11. Letramento Digital e Fake News: O combate à desinformação como competência transversal no ensino	125
12. Desigualdades sociais e regionais no Brasil: Diferenças históricas entre regiões, com destaque para os indicadores sociais do Nordeste e os desafios de superação da pobreza.....	126
13. Inclusão educacional e direitos das pessoas com deficiência: Avanços e desafios da educação inclusiva, políticas públicas e o papel da escola na garantia de direitos.....	127
14. Primeira infância como prioridade de políticas públicas: Importância da educação infantil, creches, pré-escola, desenvolvimento integral e investimentos estratégicos	129
15. Violência, segurança pública e juventude: Debates nacionais e regionais sobre criminalidade, políticas de prevenção e proteção social, com foco no Nordeste	133
16. Uso responsável das tecnologias digitais na educação: Desafios do uso de telas, ensino híbrido, educação midiática e pensamento crítico	135
17. Infância, adolescência e proteção social: ECA, políticas de proteção integral e o papel da escola como espaço de cuidado e prevenção	138
18. Políticas públicas para mulheres: Combate à violência de gênero, equidade, participação política e econômica.....	140
19. O papel do professor na formação cidadã: Educação como instrumento de transformação social, ética, democracia e desenvolvimento humano	142
20. Segurança Pública e Facções no Ceará: O desafio da segurança no estado e o impacto na rotina escolar	144
21. Ceará como polo de educação pública de referência: Resultados educacionais, políticas de alfabetização, regime de colaboração entre estado e municípios	145
22. Educação em Tempo Integral: A expansão da rede de escolas em tempo integral no Ceará, os desafios e os benefícios dessa modalidade de ensino para a formação integral dos estudantes	147

Conhecimentos Educacionais

1. O atual sistema educacional brasileiro	151
2. A escola pública como instrumento de inclusão social.....	152
3. A legislação educacional brasileira: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394/96.....	156
4. Plano Nacional de Educação	176
5. Organização do ensino na escola	192
6. A Gestão democrática	192
7. Instâncias colegiadas de gestão na escola pública de ensino	198
8. Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental	199
9. Natureza do trabalho pedagógico: fundamentação filosófica, política e educacional	210
10. O papel do educador no ingresso, permanência e sucesso do aluno na escola	211
11. As contribuições científico tecnológicas para o conhecimento do processo de aprendizagem na infância, na adolescência, na juventude e no adulto	213
12. A influência de Paulo Freire na Educação e no mundo	214

Didática

1. Concepções de sociedade, homem e educação	223
2. A função social da escola pública.....	224
3. A história da organização da educação brasileira	225
4. A educação como ato político, a pedagogia como ciência da educação e a didática como teoria e prática do ensino.....	227
5. Os pressupostos teóricos e metodológicos da ação docente	228
6. Planejamento educacional: tipos, concepções, processos de elaboração, acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do planejamento da ação docente.....	229
7. Elementos do plano de ensino e sua relação com a prática da sala de aula e o contexto social do educando	230
8. A gestão da sala de aula e sua relação com os paradigmas educacionais presentes na prática educativa	232
9. As novas tecnologias e suas aplicações na construção do conhecimento	233
10. A avaliação da aprendizagem: concepções, princípios, procedimentos e instrumentos	237
11. Registros e trocas de experiências do/no cotidiano da sala de aula.....	238
12. Relação professor X aluno, pais e comunidade.....	239
13. Organização do ensino-aprendizagem e articulação com a diversidade	241
14. Contextualização e interdisciplinaridade na construção do conhecimento.....	242
15. A educação de jovens e adultos: pressupostos teóricos e metodológicos na EJA	243
16. Educação indígenas: noções básicas.....	245
17. Educação inclusiva: noções básicas	246

Conhecimentos Específicos

Professor da Educação Básica – Alfabetizador – 1º e 2º Ano

1. Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Competências Gerais e nas áreas de conhecimento de Língua Portuguesa e Matemática para o Ciclo de Alfabetização (1º e 2º ano)	259
2. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96): artigos pertinentes ao Ensino Fundamental e à Alfabetização.....	275
3. Abordagens teóricas (Sociointeracionismo, Construtivismo, Psicolinguística) e suas implicações metodológicas	275
4. Estudo dos níveis e hipóteses de escrita (pré-silábico, silábico, silábico-alfabético, alfabético) e a intervenção pedagógica adequada	277
5. Contribuições de Piaget, Vygotsky e Wallon para a compreensão do desenvolvimento cognitivo, social e afetivo da criança de 6 a 8 anos	278
6. Processos cognitivos envolvidos na aquisição da leitura e escrita (rotas de leitura, processamento fonológico).....	284
7. Conceitos, distinção entre alfabetização e letramento, e a inclusão de novas linguagens (digitais, visuais) no processo ..	286
8. Estratégias de ensino para estudantes com deficiência e a valorização da diversidade cultural e linguística	287
9. Avaliação diagnóstica e formativa: Instrumentos e procedimentos para identificar o nível de conhecimento dos alunos e planejar intervenções pedagógicas.....	288
10. Domínio da relação fonema-grafema, valor sonoro convencional das letras e regularidades ortográficas	290
11. Desenvolvimento de habilidades de segmentação em sílabas, identificação de rimas, aliterações e manipulação de fonemas	291
12. Estratégias para desenvolver a leitura oral fluente e a compreensão de textos de diferentes gêneros e níveis de complexidade.....	292
13. Leitura e produção de gêneros textuais pertinentes ao 1º e 2º ano (listas, convites, receitas, contos, poemas, notícias curtas)	294

ÍNDICE

14. Etapas da produção textual (planejamento, rascunho, revisão e reescrita) e o papel da intervenção do professor	295
15. Uso de letras maiúsculas, pontuação final (ponto, interrogação, exclamação) e convenções ortográficas iniciais.....	296
16. Leitura, escrita, comparação e ordenação de números naturais (até 100 ou 1000, conforme o currículo local).....	296
17. Conceitos e procedimentos de adição e subtração (com e sem reagrupamento) e o desenvolvimento do cálculo mental	297
18. Estratégias de leitura, interpretação e resolução de problemas envolvendo as operações básicas e o raciocínio lógico ...	298
19. Medidas de tempo (calendário, relógio), comprimento, massa e capacidade, e o uso de instrumentos de medida não padronizados e padronizados	299
20. Geometria: Reconhecimento, nomeação e comparação de figuras planas (círculo, quadrado, triângulo, retângulo) e sólidos geométricos (cubo, esfera, cone).....	300
21. Coleta, organização e representação de dados em tabelas e gráficos de colunas simples	306
22. Estratégias para organização do tempo e do espaço, estabelecimento de rotinas e regras claras, e manejo de conflitos .	308
23. O papel do vínculo afetivo na aprendizagem, escuta ativa e construção de um ambiente de confiança e respeito mútuo	309
24. Utilização de jogos, brincadeiras, projetos e outras metodologias que colocam o aluno como protagonista do seu aprendizado	310
25. Elaboração de planos de aula e sequências didáticas coerentes com os objetivos de aprendizagem e o nível dos alunos	311
26. Seleção e utilização de materiais concretos, tecnológicos e lúdicos para apoiar o processo de alfabetização	318
27. Concepção e desenvolvimento de projetos interdisciplinares que integrem a alfabetização e o letramento em contextos reais	320
28. Estratégias para envolver os pais e responsáveis no processo de alfabetização, promovendo a parceria e a comunicação eficaz.....	321
29. A importância da autoavaliação, da formação continuada e da pesquisa-ação para o aprimoramento profissional do alfabetizador	322

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO. SITUAÇÃO COMUNICATIVA. PRESSUPOSTO E SUBTENDIDO. INFERÊNCIA. AMBIGUIDADE. POLISSEMIA. INTERTEXTUALIDADE. TIPOS DE LINGUAGEM

SITUAÇÃO COMUNICATIVA

A situação comunicativa é o contexto em que ocorre a interação entre os participantes de um ato comunicativo. Ela compreende os elementos fundamentais da comunicação e é crucial para a interpretação adequada de um texto ou enunciado, seja ele verbal ou não verbal.

Entender a situação comunicativa permite ao leitor identificar as intenções do emissor, a natureza da mensagem, e os fatores que influenciam a recepção pelo destinatário.

► Elementos da Situação Comunicativa

- **Emissor:** Aquele que produz e envia a mensagem. Pode ser uma pessoa, instituição ou grupo.
- **Exemplo:** Um professor explicando um conceito para seus alunos.
- **Receptor:** Quem recebe a mensagem e a interpreta. Pode ser individual ou coletivo.
- **Exemplo:** Os alunos que escutam a explicação do professor.
- **Mensagem:** O conteúdo transmitido pelo emissor ao receptor.
- **Exemplo:** As palavras ou conceitos usados pelo professor na explicação.
- **Canal:** O meio pelo qual a mensagem é transmitida. Pode ser oral, escrito, visual ou eletrônico.
- **Exemplo:** A fala do professor (oral) ou os slides utilizados na aula (visual).
- **Código:** O sistema de sinais compartilhado entre emissor e receptor. Na maioria dos casos, é a língua, mas pode incluir imagens, sons ou gestos.
- **Exemplo:** O idioma português usado na explicação.
- **Contexto:** O conjunto de circunstâncias que envolve a comunicação, incluindo fatores culturais, sociais, históricos e físicos.
- **Exemplo:** A aula em um ambiente escolar, com um tema específico de estudo.

► Importância da Situação Comunicativa

A análise da situação comunicativa é fundamental para compreender as intenções por trás de um texto ou enunciado. Sem considerar o contexto, há o risco de interpretações equivocadas.

Em uma prova, por exemplo, uma questão pode exigir que o candidato interprete um texto considerando as condições em que foi produzido, o público-alvo e o objetivo.

Exemplo prático:

Imagine a seguinte mensagem escrita em uma placa:
"Proibido estacionar das 8h às 18h."

Para interpretar corretamente, é necessário considerar o contexto da situação comunicativa: trata-se de uma norma reguladora do espaço urbano, destinada a motoristas, que estabelece limites específicos de tempo.

Exemplos de Situações Comunicativas

- **Diálogo informal:** Uma conversa entre amigos onde o contexto é mais descontraído, e o código usado pode incluir gírias ou expressões regionais.
- **Mensagem:** "Vamos ao cinema hoje?"
- **Canal:** Fala direta ou mensagem de texto.
- **Texto publicitário:** Uma propaganda com o objetivo de persuadir o consumidor a adquirir um produto.
- **Mensagem:** "Aproveite a promoção imperdível desta semana!"
- **Canal:** Anúncio visual em redes sociais.
- **Documento oficial:** Uma circular enviada por uma empresa para seus colaboradores.
- **Mensagem:** "Informamos que haverá uma reunião às 14h na sala 3."
- **Canal:** E-mail corporativo.
- **Análise em Concursos Públicos**
Em provas, questões sobre situação comunicativa geralmente pedem que o candidato identifique os elementos da comunicação em um texto, analise o contexto de produção ou interprete as intenções do emissor. Para isso, é importante:
 - **Identificar o objetivo do texto:** Informar, persuadir, instruir, entre outros.
 - **Reconhecer o público-alvo:** Determina a forma como a mensagem é construída.
 - **Analisar o contexto cultural e social:** Esses fatores moldam a escolha do código e do tom do enunciado.

A situação comunicativa é um conceito amplo, mas central para a análise textual e a compreensão de mensagens. Ao identificar e compreender seus elementos, o leitor pode interpretar textos com maior precisão, seja no cotidiano ou em situações acadêmicas e profissionais.

Esta habilidade é especialmente valorizada em provas de concursos públicos, onde a capacidade de análise contextual é frequentemente testada.

PRESSUPOSIÇÃO E INFERÊNCIA

A pressuposição e a inferência são elementos fundamentais no processo de compreensão textual. Ambas lidam com informações implícitas, mas possuem características distintas. Esses conceitos aparecem frequentemente em provas de concursos públicos, especialmente em questões que exigem a análise do sentido profundo de um texto.

Dominar essas habilidades é essencial para interpretar mensagens de maneira eficaz e precisa.

► Pressuposição

A pressuposição refere-se às informações subentendidas em um enunciado, mas que são consideradas verdadeiras para que a mensagem faça sentido. Trata-se de elementos implícitos que não são afirmados diretamente, mas que o emissor assume que o receptor já conhece ou aceita.

Características da Pressuposição:

- É subentendida, mas fundamental para a compreensão do enunciado.
- Geralmente, permanece verdadeira mesmo que a frase seja negada.

Exemplos:

“Ana parou de fumar.”

- **Pressuposição:** Ana fumava antes.

Se a frase for negada (“Ana não parou de fumar”), a pressuposição ainda se mantém.

“O evento será transferido para outro local.”

- **Pressuposição:** Já havia um local previamente definido para o evento.

Uso em Concursos:

Em questões de interpretação textual, a pressuposição costuma ser abordada para testar a capacidade do candidato de identificar informações implícitas no texto.

Questão modelo:

Leia a frase: “João voltou para casa.”

O que se pode pressupor?

- (A) João nunca saiu de casa.
(B) João estava em casa anteriormente.

Resposta correta: (B) João estava em casa anteriormente.

► Inferência

A inferência consiste na construção de significados que vão além do que está explicitamente dito no texto. Diferentemente da pressuposição, a inferência é uma conclusão lógica que o leitor ou ouvinte faz com base nas informações fornecidas pelo enunciado.

Características da Inferência:

- É uma dedução que depende do contexto e do conhecimento prévio do leitor.
- Pode variar de acordo com a interpretação individual.

Exemplos:

“Joana saiu de casa levando um guarda-chuva.”

- **Inferência:** Provavelmente, Joana espera que vá chover.

“Pedro não foi trabalhar porque estava doente.”

- **Inferência:** Pedro está impossibilitado de trabalhar devido à doença.

► Diferenças entre Pressuposição e Inferência

Aspecto	Pressuposição	Inferência
Definição	Informação implícita assumida como verdadeira.	Conclusão lógica com base no texto.
Origem	Está na construção gramatical do enunciado.	Depende da interpretação do leitor.
Necessidade do texto	Essencial para a compreensão do enunciado.	Complementa o significado do texto.

Exemplo Comparativo:

“Clara voltou ao trabalho.”

- **Pressuposição:** Clara estava afastada do trabalho.
- **Inferência:** Clara provavelmente superou o motivo de seu afastamento.

► Estratégias para Identificação

Para reconhecer pressuposições:

- Pergunte-se: “O que precisa ser verdadeiro para que esta frase faça sentido?”
- Analise expressões típicas que carregam pressuposições, como voltar, parar, continuar, começar.

Para identificar inferências:

- Observe as informações explícitas e o contexto do texto.
- Relacione essas informações ao conhecimento prévio ou à lógica subjacente.

MATEMÁTICA

CONJUNTOS NUMÉRICOS: NÚMEROS NATURAIS E INTEIROS, NÚMEROS RACIONAIS E IRRACIONAIS (RETA NUMÉRICA, VALOR ABSOLUTO, REPRESENTAÇÃO DECIMAL), NÚMEROS REAIS (RELAÇÃO DE ORDEM E INTERVALOS), OPERAÇÕES. NÚMEROS RELATIVOS INTEIROS E FRACIONÁRIOS: OPERAÇÕES E SUAS PROPRIEDADES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO E POTENCIAÇÃO). FRAÇÕES ORDINÁRIAS E DECIMAIS. NÚMEROS DECIMAIS: PROPRIEDADES E OPERAÇÕES

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo: $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

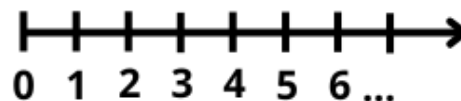
CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS (N)

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra N e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$ ou $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$: conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$, em que $n \in \mathbb{N}$: conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$: conjunto dos números naturais primos.



Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo: $6 + 4 = 10$, onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando $a - b$ tal que $a \geq b$.

Exemplo: $200 - 193 = 7$, onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo: $3 \times 5 = 15$, onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

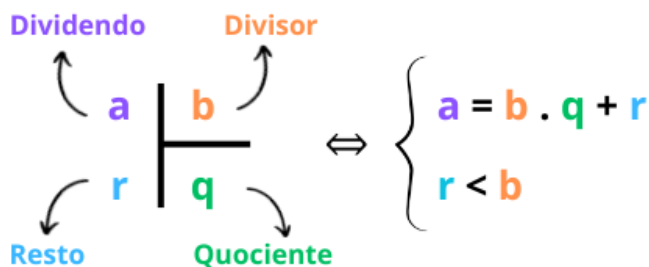
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto " . ", para indicar a multiplicação.

Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo: $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo: $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural n por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse q , então poderíamos escrever: $n \div 0 = q$ e isto significaria que: $n = 0 \times q = 0$ o que não é correto! Assim, a divisão de n por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo a, b e c em \mathbb{N}

- **Associativa da adição:** $(a + b) + c = a + (b + c)$
- **Comutativa da adição:** $a + b = b + a$
- **Elemento neutro da adição:** $a + 0 = a$
- **Associativa da multiplicação:** $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- **Comutativa da multiplicação:** $a \cdot b = b \cdot a$
- **Elemento neutro da multiplicação:** $a \cdot 1 = a$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à adição:** $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- **Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:** $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- **Fechamento:** tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos (P), o próximo sai com defeito (D), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.
- (B) 3 828.
- (C) 4 093.
- (D) 4 167.
- (E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833. 5 = 4165 calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1ª Zona Eleitoral	2ª Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Branco	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995
- (B) 7165
- (C) 7532
- (D) 7575
- (E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1ª Zona: $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2ª Zona: $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois: $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.
- (C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.
- (E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa: $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa: $450 \div 25 = 18$.

Resposta: A.

ATUALIDADES E CONVIVÊNCIA SOCIETÁRIA

A CRISE DOS PODERES E A DEFESA DA DEMOCRACIA: O IMPACTO DOS MOVIMENTOS DE 8 DE JANEIRO E O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES

A DEMOCRACIA SOB ATAQUE

Nos últimos anos, o Brasil tem atravessado um período de forte polarização política e tensão institucional. Esse cenário, alimentado por discursos extremistas, disputas entre os Poderes e a disseminação de desinformação, criou um ambiente propício para o questionamento das bases democráticas do país.

Dentro desse contexto, o dia 8 de janeiro de 2023 se tornou um marco simbólico e concreto de um ataque direto à democracia brasileira. Naquele dia, manifestantes radicalizados invadiram e depredaram as sedes dos Três Poderes da República, em Brasília, numa tentativa de subverter a ordem institucional e questionar o resultado legítimo das eleições.

O DIA 8 DE JANEIRO DE 2023: FATOS, CAUSAS E MOTIVAÇÕES

No dia 8 de janeiro de 2023, milhares de manifestantes invadiram os prédios do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Planalto, sede do Poder Executivo. A ação foi marcada por vandalismo, destruição de patrimônio público e símbolos nacionais, além de ameaças explícitas à ordem constitucional.

Esses atos não surgiram de forma espontânea. Eles foram precedidos por semanas de articulação em redes sociais e aplicativos de mensagens, nos quais se propagavam teorias conspiratórias sobre fraude eleitoral e incitação à intervenção militar. A insatisfação com o resultado das eleições de 2022, que elegeram Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência, foi canalizada por grupos extremistas que rejeitavam o funcionamento regular das instituições democráticas.

A motivação dos envolvidos se ancorava em uma visão distorcida da democracia, na qual apenas os seus candidatos legítimos poderiam vencer. Tal visão nega o princípio básico do jogo democrático: a alternância de poder por meio do voto popular. Além disso, houve questionamentos importantes sobre a atuação (ou omissão) das forças de segurança, principalmente do Distrito Federal, diante da clara possibilidade de ataques, levantando suspeitas de conivência e negligência.

Do ponto de vista jurídico, os atos do 8 de janeiro foram classificados como crimes contra o Estado Democrático de Direito, com enquadramentos que vão de associação criminosa até tentativa de golpe de Estado. As investigações conduzidas revelaram o financiamento e a organização por trás dos ataques, com envolvimento de empresários, influenciadores e agentes públicos.

AS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS E A RESPOSTA À CRISE

Diante da gravidade dos fatos, a resposta das instituições foi rápida e firme. O Supremo Tribunal Federal, por meio do ministro Alexandre de Moraes, determinou a prisão de dezenas de envolvidos, o bloqueio de bens de financiadores e o afastamento de autoridades acusadas de omissão. O Congresso Nacional se posicionou em defesa da democracia e da ordem institucional. O Executivo, por sua vez, convocou reunião com os governadores para garantir a coesão federativa.

Esse movimento institucional conjunto demonstrou a importância do sistema de freios e contrapesos. Quando um dos Poderes é atacado, os outros se articulam para preservar a ordem constitucional. Esse é um dos pilares do modelo republicano de governo e mostra que a democracia brasileira, embora atacada, possui mecanismos internos de defesa.

Além das ações imediatas, foram tomadas medidas legislativas e administrativas para evitar a repetição de eventos semelhantes. Debates sobre a regulação das redes sociais e sobre a responsabilização de plataformas digitais que propagam desinformação ganharam força. O fortalecimento das instituições passa também pelo aprimoramento das leis que regem a convivência democrática.

A CRISE ENTRE OS TRÊS PODERES: RUPTURAS E TENTATIVAS DE RECOMPOSIÇÃO

A crise do 8 de janeiro não surgiu do nada. Ela foi alimentada por anos de tensão entre os Poderes, especialmente durante o governo anterior, que frequentemente atacava o Judiciário e colocava em dúvida o processo eleitoral. A retórica beligerante, os discursos de ruptura e a tentativa de enfraquecer instituições como o STF e o TSE criaram um ambiente de instabilidade.

Os Poderes da República têm funções definidas pela Constituição Federal. O Legislativo faz as leis, o Executivo as executa e o Judiciário as interpreta e garante sua aplicação. Quando esses limites são desrespeitados ou há tentativas de interferência mútua indevida, o sistema perde equilíbrio. O Brasil viveu momentos em que o Executivo buscou enfraquecer o Judiciário e influenciar o Legislativo, o que agravou a crise institucional.

Por outro lado, houve esforços posteriores de recomposição. Após os ataques, os Três Poderes reafirmaram publicamente seu compromisso com a democracia, promovendo reuniões e firmando pactos em defesa da ordem constitucional. Esses movimentos indicam que, mesmo diante da crise, é possível restaurar o diálogo e o respeito institucional.

O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL E DA IMPRENSA NA DEFESA DEMOCRÁTICA

A democracia não se sustenta apenas por suas instituições formais. Ela depende, sobretudo, da participação ativa da sociedade civil e de uma imprensa livre. Após os ataques de

aos atos antidemocráticos. Associações, movimentos sociais, universidades, artistas e cidadãos comuns se manifestaram publicamente em defesa do Estado Democrático de Direito.

A imprensa teve papel fundamental ao cobrir os eventos de forma contínua, denunciar os envolvidos e pressionar por respostas rápidas e efetivas das autoridades. Além disso, foi importante na checagem de fatos e no combate à desinformação, que foi o combustível de boa parte da radicalização.

Outro aspecto essencial é a educação política da população. Uma sociedade democrática precisa compreender como funcionam seus Poderes, seus direitos e deveres, e os mecanismos de participação política. A desinformação só prospera onde há desconhecimento. Por isso, investir em educação cidadã é uma estratégia de longo prazo para fortalecer a democracia.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E A “NOVA NORMALIDADE”

O CLIMA ESTÁ MUDANDO — E NOSSAS VIDAS TAMBÉM

Vivemos um tempo em que a crise climática deixou de ser um alerta futuro e passou a fazer parte do cotidiano. Ondas de calor intensas, inundações severas, secas prolongadas, furacões mais potentes e a transformação de biomas são exemplos de fenômenos que vêm se tornando frequentes no noticiário — e na vida das pessoas. Essa nova realidade tem sido chamada de “nova normalidade” climática.

O conceito de nova normalidade climática se refere à constatação de que eventos extremos, antes considerados raros ou excepcionais, estão se tornando corriqueiros. O planeta está aquecendo, e as consequências já são observáveis em todas as regiões do mundo, inclusive no Brasil. Nesse cenário, governos, populações e instituições precisam compreender e se adaptar às mudanças que já estão em curso.

AS CAUSAS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS: NATURAIS E ANTRÓPICAS

As mudanças climáticas podem ter origens naturais, como variações na atividade solar, erupções vulcânicas ou ciclos orbitais da Terra. No entanto, o atual aquecimento global tem como principal causa as atividades humanas — por isso, falamos em mudanças climáticas antrópicas.

O fator central é o aumento dos gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, especialmente o dióxido de carbono (CO₂), o metano (CH₄) e o óxido nitroso (N₂O). Esses gases retêm o calor do sol na atmosfera, intensificando o chamado efeito estufa natural, essencial à vida, mas que, quando exacerbado, provoca o aquecimento global.

As principais fontes de emissão desses gases são a queima de combustíveis fósseis (petróleo, carvão, gás natural), a agropecuária (particularmente na criação de gado e uso de fertilizantes), o desmatamento e o uso da terra. No caso do Brasil, o desmatamento da Amazônia e de outros biomas, como o Cerrado, é uma das maiores fontes de emissão de CO₂, uma vez que libera o carbono armazenado nas árvores e compromete a capacidade de absorção do gás pela vegetação.

A ciência vem monitorando essas transformações há décadas. Os estudos do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) reúnem dados e projeções que apontam,

de forma inequívoca, para a influência humana no desequilíbrio climático atual. O desafio, agora, é agir com base nesse conhecimento.

AS EVIDÊNCIAS DO AQUECIMENTO GLOBAL E SEUS IMPACTOS

O aquecimento global se expressa, primeiramente, no aumento da temperatura média do planeta. Desde o final do século XIX, a temperatura média global subiu cerca de 1,1°C. Embora esse número pareça pequeno, ele representa transformações profundas nos sistemas climáticos.

Entre as evidências mais concretas, destacam-se o derretimento acelerado das geleiras, a elevação do nível do mar, a acidificação dos oceanos, o aumento da frequência e intensidade de eventos climáticos extremos e a alteração de padrões de chuva e temperatura. Esses impactos afetam diretamente a vida humana, a biodiversidade e a economia.

No Brasil, já vivenciamos episódios marcantes dessa nova normalidade climática. As secas prolongadas no semiárido e no Centro-Oeste, as enchentes no Sul e no Sudeste, os deslizamentos em regiões urbanas e as ondas de calor recordes são alguns exemplos. Esses fenômenos afetam o abastecimento de água, a produção agrícola, a geração de energia, a saúde pública e a infraestrutura urbana.

Além disso, populações mais vulneráveis — como comunidades ribeirinhas, povos indígenas e moradores de áreas de risco — são as mais impactadas, o que aprofunda desigualdades sociais e impõe um debate sobre justiça climática. As mudanças climáticas não afetam todos da mesma forma, e isso precisa ser considerado nas políticas públicas.

A ADAPTAÇÃO À “NOVA NORMALIDADE” CLIMÁTICA

Diante de um cenário em que os impactos climáticos são inevitáveis, a sociedade precisa se adaptar. A adaptação climática envolve ações para reduzir os danos causados por eventos extremos e garantir a resiliência de comunidades, cidades e ecossistemas.

Essa adaptação pode se dar em diversas áreas. Na infraestrutura urbana, por exemplo, exige melhorias no sistema de drenagem para conter enchentes, construção de moradias seguras em áreas menos vulneráveis e o reforço de sistemas de alerta para eventos extremos. No campo, inclui práticas agrícolas mais resistentes à seca, como a agricultura de baixo carbono, e a proteção de nascentes e mananciais.

Governos municipais e estaduais têm elaborado Planos de Adaptação e Resiliência Climática, que identificam os principais riscos locais e propõem soluções específicas. A prevenção é uma estratégia mais eficaz e econômica do que a resposta a desastres.

Outro elemento fundamental é a educação ambiental. Informar e engajar a população sobre os riscos e as formas de enfrentamento das mudanças climáticas fortalece a participação social e contribui para a mudança de hábitos. Reduzir o desperdício de água, utilizar transporte público, reciclar resíduos e diminuir o consumo de carne são exemplos de atitudes individuais com impacto coletivo.

CONHECIMENTOS EDUCACIONAIS

O ATUAL SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

O sistema educacional brasileiro passou por diversas transformações ao longo das décadas, refletindo em mudanças sociais, econômicas e políticas. Atualmente, o sistema educacional do Brasil é estruturado em diferentes níveis, desde a educação básica até o ensino superior, cada um com seus desafios e características distintas.

A educação básica é composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. A Educação Infantil é voltada para crianças de 0 a 5 anos e é considerada a primeira etapa da educação básica. O Ensino Fundamental abrange do 1º ao 9º ano, enquanto o Ensino Médio compreende os últimos três anos da educação básica. Essa fase tem sido objeto de discussões e reformas nos últimos anos, com iniciativas para melhorar a qualidade do ensino, atualizar currículos e promover uma educação mais alinhada com as demandas contemporâneas.

A Lei 9.394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB), traz trechos que regulamentam o sistema educacional brasileiro:

[...]

¹Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X - vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI - alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

[...]

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) tornou-se uma ferramenta importante no acesso ao ensino superior, além de ser utilizado como indicador de qualidade do Ensino Médio. As universidades públicas e privadas utilizam o resultado do ENEM como critério de seleção, promovendo, assim, uma avaliação mais abrangente dos conhecimentos dos estudantes.

¹ <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm>

Acesso em novembro de 2023.

No ensino superior, o Brasil conta com uma variedade de instituições públicas e privadas. As universidades públicas são conhecidas por sua qualidade acadêmica, mas enfrentam desafios relacionados à expansão da oferta e à busca por financiamento. Programas como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foram implementados para facilitar o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior privado.

Além disso, o Brasil também abriga uma diversidade de institutos técnicos e escolas profissionalizantes, buscando atender à demanda por profissionais qualificados em diferentes áreas. A Educação de Jovens e Adultos (EJA) oferece oportunidades para aqueles que não concluíram seus estudos na idade regular.

No entanto, o sistema educacional brasileiro enfrenta desafios significativos. A desigualdade regional e socioeconômica reflete-se nas discrepâncias de qualidade entre escolas, principalmente no ensino básico. A falta de infraestrutura, a carência de recursos pedagógicos e a formação inadequada de professores são questões que impactam negativamente a qualidade da educação em muitas regiões do país.

As políticas educacionais também têm sido objeto de debates e mudanças ao longo dos anos, muitas vezes influenciadas por diferentes visões ideológicas e orientações políticas. O desafio constante é encontrar um equilíbrio entre a necessidade de reformas estruturais, a garantia de recursos adequados e a promoção de práticas pedagógicas inovadoras.

A tecnologia na educação tem se mostrado uma ferramenta promissora para enfrentar alguns desses desafios, proporcionando novas formas de aprendizado e acesso ao conhecimento. No entanto, a inclusão digital ainda é um desafio em algumas regiões, impactando a capacidade de implementar efetivamente essas soluções.

Em resumo, o atual sistema educacional brasileiro é multifacetado, refletindo os desafios e as complexidades de um país diverso e em constante evolução. A busca por melhorias na qualidade da educação, a equidade de acesso e a adaptação às demandas do mundo contemporâneo continuam a ser prioridades para construir um sistema educacional mais eficiente e inclusivo no Brasil.

A ESCOLA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

PAPEL HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

O papel histórico da educação pública no Brasil está intimamente ligado ao processo de construção da cidadania e da democracia no país. Entender esse papel exige olhar para as transformações sociais, políticas e econômicas que moldaram o sistema educacional brasileiro ao longo do tempo.

► Educação no período colonial e imperial

Durante o período colonial (1500–1822), a educação era essencialmente elitista e voltada à catequese indígena, conduzida principalmente pelos jesuítas. Poucos tinham acesso ao ensino formal, restrito às camadas mais abastadas, enquanto a maioria da população – composta por indígenas, africanos escravizados e mestiços – ficava completamente excluída.

No Império (1822–1889), surgiram as primeiras tentativas de estruturar um sistema nacional de ensino, mas a educação ainda era privilégio das elites. O ensino público era escasso e precário, concentrado em áreas urbanas e oferecido apenas nos níveis elementares.

► Primeira República e a expansão inicial

Com a Proclamação da República (1889), surgiu uma valorização maior da educação como ferramenta de modernização e progresso. O movimento escolanovista das décadas de 1920 e 1930 propôs inovações pedagógicas e maior democratização do ensino, defendendo métodos ativos e a educação voltada à formação integral do indivíduo. No entanto, na prática, a educação pública seguia marcada por desigualdades regionais, especialmente entre áreas urbanas e rurais, e pelo baixo investimento público.

► A Constituição de 1934 e a ideia de direito à educação

A Constituição de 1934 foi a primeira a consagrar a educação como direito de todos e dever do Estado. Mesmo assim, os avanços foram lentos e desiguais. O analfabetismo continuava elevado, e o sistema público carecia de estrutura e financiamento. No período ditatorial (1964–1985), houve ampliação de matrículas, mas com foco tecnicista, preparando mão de obra para o mercado, em vez de priorizar a formação cidadã e a inclusão social.

► Redemocratização e a Constituição de 1988

O marco mais relevante para a educação pública foi a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu no artigo 205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade”. Esse texto reforça o caráter universal e inclusivo da educação pública, definindo-a como instrumento essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. A Constituição também prevê o acesso gratuito à educação básica e obriga a União, estados e municípios a garantirem o financiamento adequado.

► Políticas de financiamento e ampliação do acesso

Nas décadas seguintes, o Brasil criou mecanismos importantes para fortalecer a educação pública, como o Fundef (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, criado em 1996) e seu sucessor, o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Esses fundos ajudaram a ampliar matrículas, reduzir desigualdades regionais e melhorar a remuneração docente. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), previsto na Constituição e atualizado periodicamente, estabelece metas claras para avançar em acesso, qualidade e inclusão.

► Educação pública como espaço de inclusão social

O papel histórico da educação pública não se limita a oferecer acesso escolar: ela é um espaço simbólico onde se constrói a cidadania, a identidade coletiva e o pertencimento social. A escola pública é, muitas vezes, o único local onde crianças e jovens de

DIDÁTICA

CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE, HOMEM E EDUCAÇÃO

As concepções de sociedade, de ser humano e de educação formam a base filosófica e política de toda prática pedagógica. Essas concepções orientam o que se ensina, como se ensina, para quem e com qual finalidade. Toda proposta curricular, todo plano de aula, todo modelo de avaliação é uma expressão, direta ou indireta, de uma visão de mundo.

Na prática educacional, é comum que essas concepções estejam implícitas, ou seja, não sejam claramente discutidas ou refletidas. No entanto, elas operam silenciosamente nas escolhas pedagógicas. Por isso, o educador que deseja atuar de forma crítica e consciente precisa conhecer e analisar as diferentes correntes de pensamento que sustentam essas visões.

A análise das concepções de sociedade, de homem e de educação não é apenas um exercício teórico. Ela tem implicações concretas na organização do trabalho pedagógico, na gestão escolar, nas políticas públicas de educação e na formação da cidadania. Saber identificar essas concepções é também uma habilidade cada vez mais exigida em concursos públicos e avaliações na área educacional.

CONCEPÇÕES DE SOCIEDADE: CONSERVADORA, LIBERAL E CRÍTICA

A concepção de sociedade refere-se à forma como se entende a organização social, as relações entre os indivíduos, os papéis das instituições e os mecanismos de mudança social. Na pedagogia, essa concepção influencia diretamente o sentido atribuído à educação.

Sociedade conservadora: Nesta visão, a sociedade é um corpo orgânico, harmônico, onde cada indivíduo deve ocupar seu lugar natural. A educação tem como função conservar a ordem, transmitir valores morais e garantir a obediência às normas. O conhecimento é visto como absoluto e imutável. Essa concepção sustenta práticas pedagógicas autoritárias, baseadas na memorização e na disciplina rígida.

Sociedade liberal: A sociedade é entendida como um conjunto de indivíduos livres e racionais que interagem em busca de seus interesses. Valoriza-se a meritocracia, a neutralidade da escola e a liberdade individual. A educação é vista como meio de ascensão social e como espaço neutro, onde todos têm as mesmas oportunidades. No entanto, ignora-se muitas vezes as desigualdades sociais estruturais que afetam o acesso e o sucesso escolar.

Sociedade crítica: Nessa concepção, a sociedade é entendida como um espaço de contradições, conflitos e lutas por poder. Reconhece-se que as desigualdades sociais são construídas historicamente e que a escola pode tanto reproduzi-las quanto contribuir para sua superação. A educação é vista como prática

política e instrumento de transformação social. Essa concepção está presente em autores como Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire.

CONCEPÇÕES DE HOMEM: NATURALISTA, INDIVIDUALISTA E HISTÓRICO-SOCIAL

A concepção de homem (ou ser humano) está diretamente ligada à forma como se entende o desenvolvimento humano, a aprendizagem e o papel da educação. Essa visão orienta as expectativas em relação ao aluno e o tipo de relação pedagógica que se estabelece.

Concepção naturalista: O ser humano é visto como determinado pela biologia, instintos ou herança genética. Essa visão, influenciada por correntes positivistas, tende a justificar o fracasso escolar como resultado de limitações individuais. Na prática pedagógica, pode levar à exclusão de alunos com dificuldades ou à naturalização das desigualdades.

Concepção individualista: O ser humano é considerado um ser autônomo, racional e responsável por suas escolhas. Essa visão, associada ao liberalismo, valoriza o mérito individual e a competição. A escola, nesse caso, funciona como espaço de seleção, onde os “melhores” avançam. É uma concepção frequentemente usada para legitimar a desigualdade sob o argumento do esforço pessoal.

Concepção histórico-social: O ser humano é entendido como sujeito histórico, construído nas relações sociais, culturais e econômicas. Essa concepção reconhece que todos têm potencial de aprender, mas que esse potencial depende das condições objetivas e subjetivas em que vivem. O educador, nessa visão, é um agente de mediação, que deve criar condições para que todos desenvolvam suas capacidades.

CONCEPÇÕES DE EDUCAÇÃO: TRADICIONAL, TECNICISTA, LIBERAL RENOVADORA E PROGRESSISTA

As concepções de educação derivam das visões de sociedade e de homem. Elas expressam diferentes finalidades para a escola e modelos distintos de ensino.

Educação tradicional: Tem origem na concepção conservadora. Valoriza a autoridade do professor, a disciplina e a transmissão de conhecimentos considerados “superiores”. O aluno é passivo e deve reproduzir o saber. É comum em práticas que priorizam a memorização, o livro didático e a repetição.

Educação tecnicista: Ligada ao funcionalismo e ao modelo industrial, entende a educação como preparo para o mercado de trabalho. O ensino é fragmentado, com ênfase na eficiência, controle e avaliação quantitativa. O professor é um executor de métodos e o aluno, um receptor de instruções.

Educação liberal renovadora: Baseia-se em ideias do “aprender fazendo” (John Dewey). Valoriza a atividade do aluno, o interesse, a experiência e a individualidade. Embora apresente avanços em relação ao modelo tradicional, muitas vezes desconsidera as questões sociais e as desigualdades estruturais.

Educação progressista: Fundada em uma concepção crítica de sociedade e homem, busca formar sujeitos conscientes e capazes de transformar a realidade. Paulo Freire é o principal expoente dessa concepção. O processo educativo é dialógico, participativo e contextualizado. A escola é espaço de reflexão, debate e emancipação.

IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS DAS DIFERENTES CONCEPÇÕES

Cada concepção analisada resulta em práticas pedagógicas específicas. Por exemplo:

- Uma escola com base na concepção tradicional tende a adotar provas padronizadas, aulas expositivas e punições disciplinares.
- Uma escola de orientação liberal-competitiva pode adotar ranking de alunos, olimpíadas de conhecimento e sistemas meritocráticos de avaliação.
- Uma escola com base na pedagogia progressista valoriza o projeto coletivo, o trabalho interdisciplinar, a escuta ativa do aluno e o currículo contextualizado.

Na formação docente, é essencial que o educador reflita sobre suas próprias concepções. Muitas vezes, práticas conservadoras são reproduzidas de forma acrítica, mesmo quando o discurso é progressista. A coerência entre teoria e prática exige análise constante, estudo e compromisso ético com a função social da educação.

Além disso, as políticas públicas educacionais são influenciadas por essas concepções. Reformas curriculares, avaliações externas, gestão escolar e financiamento da educação refletem determinadas visões de mundo. O educador, como profissional reflexivo, precisa estar atento a essas disputas e posicionar-se criticamente.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA PÚBLICA

A função social da escola abrange múltiplas dimensões e está profundamente conectada à formação integral do indivíduo para a vida em sociedade. Em sua essência, a escola visa promover a cidadania, proporcionar igualdade de oportunidades e preparar os alunos tanto para o mundo do trabalho quanto para a compreensão crítica e transformadora da realidade.

Esse papel é central para o desenvolvimento humano e social, pois vai além da transmissão de conteúdos acadêmicos, contribuindo para o fortalecimento das comunidades e para o bem-estar social. Assim, a função da escola é ampla e implica a responsabilidade de ser um espaço que acolhe e respeita a diversidade, contribui para a justiça social, incentiva a autonomia e prepara para a vida em sociedade.

Um dos pilares da função social da escola é a construção de uma cidadania ativa e consciente. A educação escolar não só prepara os indivíduos para o exercício de seus direitos e deveres, mas também os encoraja a participarem dos processos democráticos e das decisões coletivas de maneira crítica e informada.

Nesse ambiente, a escola atua como um espaço de aprendizado dos valores democráticos, promovendo o respeito pela diversidade de opiniões e incentivando a formação de cidadãos que compreendem a importância do diálogo, da solidariedade e do engajamento em causas coletivas. Assim, o estudante é levado a perceber a escola não apenas como um lugar de aprendizado acadêmico, mas também como uma preparação para viver e atuar na sociedade.

Outro aspecto fundamental é a promoção da igualdade de oportunidades. Em uma sociedade marcada por desigualdades econômicas e sociais, a escola assume um papel de inclusão e democratização do conhecimento, proporcionando acesso a conteúdos e experiências que possibilitam aos alunos romperem barreiras de exclusão social. Para muitas crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, a escola representa a principal ou até única oportunidade de acessar o conhecimento necessário para ampliar suas perspectivas de vida.

A função da escola é, portanto, promover um ambiente igualitário e inclusivo, onde todos possam aprender e se desenvolver, independentemente de suas origens sociais, culturais ou econômicas. Esse compromisso com a equidade está diretamente relacionado à função da escola em reduzir desigualdades e proporcionar as ferramentas para uma vida digna e autônoma.

Além de contribuir para a formação cidadã e para a promoção da equidade, a escola também desempenha um papel socializante, fundamental para o desenvolvimento das habilidades de convivência e interação.

A experiência escolar permite que os alunos aprendam a se relacionar, respeitar as diferenças e compartilhar vivências, habilidades cruciais para a vida em sociedade. A convivência com a diversidade de realidades e pontos de vista em sala de aula e nas atividades coletivas contribui para a construção de valores como o respeito, a empatia, a responsabilidade e a capacidade de resolver conflitos de maneira construtiva. Esse processo de socialização, fundamental para o desenvolvimento integral, possibilita que os estudantes se tornem adultos capazes de contribuir para a harmonia e o progresso de sua comunidade.

Outro aspecto importante é a preparação para o mundo do trabalho e para o desenvolvimento econômico e tecnológico. O mercado de trabalho, em constante transformação, exige cada vez mais competências técnicas, criativas e adaptativas.

A escola, ao oferecer uma formação técnica e intelectual, prepara os alunos para as exigências do mundo profissional, capacitando-os para enfrentar desafios e contribuir de forma produtiva para o desenvolvimento econômico e para a inovação. Dessa forma, a escola desempenha também um papel essencial para o crescimento econômico sustentável, ao preparar cidadãos que não só participem da economia, mas que possam colaborar de maneira ética e consciente com o desenvolvimento da sociedade.

A função social da escola se estende à promoção da autonomia intelectual e ao desenvolvimento da capacidade crítica dos indivíduos. O ambiente escolar deve ser um espaço

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC): COMPETÊNCIAS GERAIS E NAS ÁREAS DE CONHECIMENTO DE LÍNGUA PORTUGUESA E MATEMÁTICA PARA O CICLO DE ALFABETIZAÇÃO (1º E 2º ANO)

A ÁREA DE LINGUAGENS

As atividades humanas realizam-se nas práticas sociais, mediadas por diferentes linguagens: verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e, contemporaneamente, digital. Por meio dessas práticas, as pessoas interagem consigo mesmas e com os outros, constituindo-se como sujeitos sociais. Nessas interações, estão imbricados conhecimentos, atitudes e valores culturais, morais e éticos.

Na BNCC, a área de Linguagens é composta pelos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e, no Ensino Fundamental – Anos Finais, Língua Inglesa. A finalidade é possibilitar aos estudantes participar de práticas de linguagem diversificadas, que lhes permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil.

As linguagens, antes articuladas, passam a ter status próprios de objetos de conhecimento escolar. O importante, assim, é que os estudantes se apropriem das especificidades de cada linguagem, sem perder a visão do todo no qual elas estão inseridas. Mais do que isso, é relevante que compreendam que as linguagens são dinâmicas, e que todos participam desse processo de constante transformação.

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica.

Final, aprender a ler e escrever oferece aos estudantes algo novo e surpreendente: amplia suas possibilidades de construir conhecimentos nos diferentes componentes, por sua inserção na cultura letrada, e de participar com maior autonomia e protagonismo na vida social.

Por sua vez, no Ensino Fundamental – Anos Finais, as aprendizagens, nos componentes curriculares dessa área, ampliam as práticas de linguagem conquistadas no Ensino

Fundamental – Anos Iniciais, incluindo a aprendizagem de Língua Inglesa. Nesse segmento, a diversificação dos contextos permite o aprofundamento de práticas de linguagem artísticas, corporais e linguísticas que se constituem e constituem a vida social.

É importante considerar, também, o aprofundamento da reflexão crítica sobre os conhecimentos dos componentes da área, dada a maior capacidade de abstração dos estudantes. Essa dimensão analítica é proposta não como fim, mas como meio para a compreensão dos modos de se expressar e de participar no mundo, constituindo práticas mais sistematizadas de formulação de questionamentos, seleção, organização, análise e apresentação de descobertas e conclusões.

Considerando esses pressupostos, e em articulação com as competências gerais da Educação Básica, a área de Linguagens deve garantir aos alunos o desenvolvimento de competências específicas.

Competências específicas de linguagens para o ensino fundamental:

1. Compreender as linguagens como construção humana, histórica, social e cultural, de natureza dinâmica, reconhecendo-as e valorizando-as como formas de significação da realidade e expressão de subjetividades e identidades sociais e culturais.
2. Conhecer e explorar diversas práticas de linguagem (artísticas, corporais e linguísticas) em diferentes campos da atividade humana para continuar aprendendo, ampliar suas possibilidades de participação na vida social e colaborar para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.
3. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao diálogo, à resolução de conflitos e à cooperação.
4. Utilizar diferentes linguagens para defender pontos de vista que respeitem o outro e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, atuando criticamente frente a questões do mundo contemporâneo.
5. Desenvolver o senso estético para reconhecer, fruir e respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, inclusive aquelas pertencentes ao patrimônio cultural da humanidade, bem como participar de práticas diversificadas, individuais e coletivas, da produção artístico-cultural, com respeito à diversidade de saberes, identidades e culturas.
6. Compreender e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares), para se

comunicar por meio das diferentes linguagens e mídias, produzir conhecimentos, resolver problemas e desenvolver projetos autorais e coletivos.

► Língua portuguesa

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando atualizá-los em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20).

Tal proposta assume a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem, de forma a sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses.

Ao mesmo tempo que se fundamenta em concepções e conceitos já disseminados em outros documentos e orientações curriculares e em contextos variados de formação de professores, já relativamente conhecidos no ambiente escolar – tais como práticas de linguagem, discurso e gêneros discursivos/gêneros textuais, esferas/campos de circulação dos discursos –, considera as práticas contemporâneas de linguagem, sem o que a participação nas esferas da vida pública, do trabalho e pessoal pode se dar de forma desigual. Na esteira do que foi proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o texto ganha centralidade na definição dos conteúdos, habilidades e objetivos, considerado a partir de seu pertencimento a um gênero discursivo que circula em diferentes esferas/campos sociais de atividade/comunicação/uso da linguagem. Os conhecimentos sobre os gêneros, sobre os textos, sobre a língua, sobre a norma-padrão, sobre as diferentes linguagens (semioses) devem ser mobilizados em favor do desenvolvimento das capacidades de leitura, produção e tratamento das linguagens, que, por sua vez, devem estar a serviço da ampliação das possibilidades de participação em práticas de diferentes esferas/ campos de atividades humanas.

Ao componente Língua Portuguesa cabe, então, proporcionar aos estudantes experiências que contribuam para a ampliação dos letramentos, de forma a possibilitar a participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais permeadas/ constituídas pela oralidade, pela escrita e por outras linguagens.

As práticas de linguagem contemporâneas não só envolvem novos gêneros e textos cada vez mais multissemióticos e multimidiáticos, como também novas formas de produzir, de configurar, de disponibilizar, de replicar e de interagir. As novas ferramentas de edição de textos, áudios, fotos, vídeos tornam acessíveis a qualquer um a produção e disponibilização de textos multissemióticos nas redes sociais e outros ambientes da Web. Não só é possível acessar conteúdos variados em diferentes mídias, como também produzir e publicar fotos, vídeos diversos, podcasts, infográficos, enciclopédias colaborativas, revistas e

livros digitais etc. Depois de ler um livro de literatura ou assistir a um filme, pode-se postar comentários em redes sociais específicas, seguir diretores, autores, escritores, acompanhar de perto seu trabalho; podemos produzir playlists, vlogs, vídeos-minuto, escrever fanfics, produzir e-zines, nos tornar um booktuber, dentre outras muitas possibilidades. Em tese, a Web é democrática: todos podem acessá-la e alimentá-la continuamente. Mas se esse espaço é livre e bastante familiar para crianças, adolescentes e jovens de hoje, por que a escola teria que, de alguma forma, considerá-lo?

Ser familiarizado e usar não significa necessariamente levar em conta as dimensões ética, estética e política desse uso, nem tampouco lidar de forma crítica com os conteúdos que circulam na Web. A contrapartida do fato de que todos podem postar quase tudo é que os critérios editoriais e seleção do que é adequado, bom, fidedigno não estão “garantidos” de início. Passamos a depender de curadores ou de uma curadoria própria, que supõe o desenvolvimento de diferentes habilidades.

A viralização de conteúdos/publicações fomenta fenômenos como o da pós-verdade, em que as opiniões importam mais do que os fatos em si. Nesse contexto, torna-se menos importante checar/verificar se algo aconteceu do que simplesmente acreditar que aconteceu (já que isso vai ao encontro da própria opinião ou perspectiva). As fronteiras entre o público e o privado estão sendo recolocadas. Não se trata de querer impor a tradição a qualquer custo, mas de refletir sobre as redefinições desses limites e de desenvolver habilidades para esse trato, inclusive refletindo sobre questões envolvendo o excesso de exposição nas redes sociais. Em nome da liberdade de expressão, não se pode dizer qualquer coisa em qualquer situação. Se, potencialmente, a internet seria o lugar para a divergência e o diferente circularem, na prática, a maioria das interações se dá em diferentes bolhas, em que o outro é parecido e pensa de forma semelhante. Assim, compete à escola garantir o trato, cada vez mais necessário, com a diversidade, com a diferença.

Eis, então, a demanda que se coloca para a escola: contemplar de forma crítica essas novas práticas de linguagem e produções, não só na perspectiva de atender às muitas demandas sociais que convergem para um uso qualificado e ético das TDIC – necessário para o mundo do trabalho, para estudar, para a vida cotidiana etc. –, mas de também fomentar o debate e outras demandas sociais que cercam essas práticas e usos. É preciso saber reconhecer os discursos de ódio, refletir sobre os limites entre liberdade de expressão e ataque a direitos, aprender a debater ideias, considerando posições e argumentos contrários.

Não se trata de deixar de privilegiar o escrito/impresso nem de deixar de considerar gêneros e práticas consagrados pela escola, tais como notícia, reportagem, entrevista, artigo de opinião, charge, tirinha, crônica, conto, verbete de enciclopédia, artigo de divulgação científica etc., próprios do letramento da letra e do impresso, mas de contemplar também os novos letramentos, essencialmente digitais.

Como resultado de um trabalho de pesquisa sobre produções culturais, é possível, por exemplo, supor a produção de um ensaio e de um vídeo-minuto. No primeiro caso, um maior aprofundamento teórico-conceitual sobre o objeto parece necessário, e certas habilidades analíticas estariam mais em evidência. No segundo caso, ainda que um nível de análise possa/tenha que existir, as habilidades mobilizadas estariam mais ligadas à síntese e percepção das potencialidades e formas